

HABEAS CORPUS Nº 548.283 - MA (2019/0355475-0)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : MARIA LUIZA ROSA DINIZ RODRIGUES E OUTROS
ADVOGADOS : FABIANO AUGUSTO MARTINS SILVEIRA - DF031440
MATHEUS MAYER MILANEZ - DF059370
MARIA LUIZA ROSA DINIZ RODRIGUES - DF056530
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : FRANCISCO PEREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FRANCISCO PEREIRA DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão proferido no HC n.º 0807883-48.2019.8.10.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi denunciado como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, e no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, pelos seguintes fatos (fls. 35-36):

"Narra a denúncia que, no dia 02 de Março de 2019, o acusado ANTÔNIO CARLOS LIMA BESSA, conhecido como 'Gato', estava em um bar, conhecido por Empório da Cerveja, localizado no Bairro Altamira, Barra do Corda (MA), quando dois indivíduos lhe subtraíram, mediante violência, um cordão de ouro.

Com o ocorrido, o acusado ANTÔNIO CARLOS LIMA BESSA, vulgo 'Gato', comunicou o fato aos demais acusados, que iniciaram uma busca pelos assaltantes, quando, ao retornarem o referido bar, avistaram uma das vítimas LUCAS SANTOS SANTANA SILVA, no que lhe indagaram se teriam algum envolvimento no roubo ou se poderia identificar os autores.

Com a negativa dessa vítima, FRANCISCO PEREIRA DE OLIVEIRA, vulgo 'Chuluca', arrastou-a para trás do bar, sacou de um revólver, apontou para seu peito e exigiu que falasse onde e quem estava com o cordão, agredindo-a ainda com socos e chutes em seu peito pelos correus RENAN LIMA DE SÁ e RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA LIMA.

Após várias agressões, a vítima LUCAS SANTOS SANTANA SILVA foi obrigado a informar algum nome para não morrer, citando o nome da vítima fatal TADEU RAFAEL FERREIRA DE BRITO.

Informados, os acusados obrigaram a vítima LUCAS SANTOS SANTANA SILVA a ir à residência da vítima fatal TADEU RAFAEL FERREIRA DE BRITO.

Superior Tribunal de Justiça

Durante o trajeto, a vítima LUCAS SANTOS SANTANA SILVA era agredido pelos acusados RENAN LIMA DE SÁ e RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA LIMA.

Chegando à residência da vítima fatal TADEU RAFAEL FERREIRA DE BRITO, a vítima LUCAS SANTOS SANTANA SILVA foi obrigado a chamá-lo sob a ameaça de revólveres.

Ao abrir a porta da residência, a vítima fatal TADEU RAFAEL FERREIRA DE BRITO foi agredido com tapas e socos, sendo arremessado na calçada pelo acusado RENAN LIMA DE SÁ. além de ser agredido pelos corréus RAIMUNDO JOSÉ DA SILVA LIMA e ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BESSA.

Todas as agressões, segundo a acusação, foram presenciadas pela mãe e pela filha de apenas 04 (quatro) anos de idade da vítima fatal TADEU RAFAEL FERREIRA DE BRITO.

Durante as agressões, a arma de fogo do acusado ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BESSA, vulgo Gato, era passada de mãos em mãos, tudo para agredirem as vítimas com golpes na cabeça e em seu rosto, causando-lhes diversos ferimentos.

Ao perceberem que não recuperariam o cordão, e após as várias agressões, os acusados efetuaram vários disparos de arma de fogo contra as vítimas, acertando 02 (dois) tiros na vítima fatal TADEU RAFAEL FERREIRA DE BRITO, que faleceu na hora, e 01 (um) disparo na vítima LUCAS SANTOS SANTANA SILVA, este só não vindo a morrer porque fingira estar morto, o que impediu os acusados de executá-lo."

Os Réus foram presos temporariamente, tendo sido convertida a custódia em prisão preventiva.

Oferecida a denúncia contra os quatro envolvidos, o processo foi desmembrado quanto ao Acusado Raimundo, por não ter sido encontrado.

Em 27/08/2019, os Réus foram pronunciados nos termos da denúncia, sendo-lhes negado o direito ao recurso em liberdade.

Irresignada com a manutenção da segregação provisória do Paciente, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem.

Neste *writ*, alegam os Impetrantes que a "*decisão de primeira instância que manteve a prisão preventiva foi utilizada, de roldão, para os três pronunciados, sem analisar a situação particular de cada qual*" (fl. 6).

Sustentam a inexistência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Superior Tribunal de Justiça

Asseveram a existência de injustificável demora no trâmite processual dos embargos de declaração opostos no Tribunal de origem.

Aduzem que o Juízo processante não fundamentou expressamente a impossibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas.

Ponderam, ainda, que o Paciente é primário, ostenta bons antecedentes, possui residência fixa, família constituída e exerce atividade econômica lícita.

Pedem, em liminar e no mérito, seja expedido alvará de soltura em favor do Paciente. De modo subsidiário, requerem a substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Decido.

Não estão presentes os pressupostos autorizadores do acolhimento da pretensão liminar.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração, concomitante e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, notadamente diante do que consignou o Juízo de primeiro grau ao manter a prisão provisória do Paciente (fls. 62-63; sem grifos no original):

"[...]

*A liberdade dos acusados, doravante, implicaria prejuízo à colheita da prova no Sinédrio Popular, tanto é que **não só a vítima LUCAS DOS SANTOS SANTANA SILVA, como também a informante Maria José, somente vieram para a audiência após contato da autoridade policial, já que se sentiam temerosas diante da procura de familiares dos acusados, como acima reportado.***

[...]

Ademais, colheu-se ainda dos depoimentos que familiares dos acusados procuraram a mãe da vítima fatal, a senhora Maria José, além de terem rondado por alguns dias o entorno da residência da vítima LUCAS DOS SANTOS SANTANA SILVA, mesmo sem terem trabalho ou residência próxima.

Da mesma forma, a garantia da ordem pública também está presente, já que a liberdade dos acusados implica sensação de insegurança, corroborado pelo alto poder aquisitivo e político dos acusados na sociedade local, situação essa temida na região, inclusive pelas vítimas.

Superior Tribunal de Justiça

*Presente também a garantia de aplicação da lei penal, como fundamento para manutenção da custódia cautelar, diante da **gravidade concreta com que ocorreram os crimes, a exemplo da crueldade, audácia e destemor, inclusive pelo fato do crime ter sido praticado na presença de uma criança de 04 (quatro) anos de idade, filha da vítima fatal TADEU FERREIRA DE BRITO**, dentre outros elementos, cuja jurisprudência é citada na decisão de folhas 06/07v. a que faço referência pela técnica per relationem."*

Como se percebe, tais fundamentos não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque a jurisprudência firme desta Corte Superior considera idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na gravidade concreta do delito e para resguardar a integridade física das testemunhas.

Exemplificativamente:

"HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADE DO INGRESSO NO DOMICÍLIO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. EXCESSO DE PRAZO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. WRIT CONHECIDO EM PARTE. ORDEM DENEGADA.

1. As questões atinentes à nulidade do ingresso na residência do paciente, à ausência de indícios suficientes de autoria e ao excesso de prazo para o encerramento do feito não foram apreciadas no aresto combatido, de modo que seu exame, nesta oportunidade, configuraria indevida supressão de instância.

2. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

3. São idôneos os motivos apontados para decretar a custódia provisória do réu, pois evidenciam a gravidade concreta da conduta praticada – homicídio qualificado perpetrado em concurso de agentes, mediante disparos de arma de fogo, motivado por dívida que a vítima mantinha com o paciente, em razão de suposta atividade de agiotagem –, além da necessidade de resguardar a integridade física de uma das testemunhas, que relatou haver sofrido ameaças que a levaram a mudar de endereço.

4. Writ conhecido em parte. Ordem denegada." (HC 526.124/RJ,

Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019.)

Ademais, a eventual existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre, *primo icto oculi*, na hipótese em tela. Sobre a questão: RHC 94.056/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 26/03/2018; e HC 454.865/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 14/08/2018.

Ainda, demonstrada pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não se mostra suficiente a aplicação de quaisquer das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas na nova redação do art. 319 do Código de Processo Penal, dada pela Lei n.º 12.403/2011.

Por fim, quanto à alegada demora injustificável no trâmite processual dos embargos de declaração opostos no Tribunal de origem em face do acórdão proferido no *writ* originário, cumpre salientar que o recurso foi apresentado há aproximadamente 1 (um) mês, não se evidenciado constrangimento ilegal manifesto, de modo que se mostra prudente aguardar os esclarecimentos pormenorizados da Corte estadual.

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, não veiculando situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau, sobretudo acerca da situação prisional do Paciente, e ao Tribunal de origem, notadamente sobre a previsão de julgamento dos embargos de declaração opostos em face do acórdão proferido no *mandamus* originário, que deverão vir acompanhadas de chave de acesso ao andamento processual, caso seja necessária.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora